

(continuação)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros líquidos Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado a VJR líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por **impairment**, quando aplicável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o **impairment** são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, nem retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **k. Capital social - (i) Ações ordinárias** - A Companhia reconhece na rubrica de capital o valor histórico integralizado e **inscrito** por meio de emissão de ações ordinárias em períodos passados. Em caso de subscrição ou integralização por preço maior que pactuado em documentos societários, a Companhia destina o valor residual em uma reserva de capital. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. **(ii) Ações preferenciais** - Ações preferenciais não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **(iii) Recupera e reemissão de ações (ações em tesouraria)** - Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultante da transação é apresentado como reserva de lucro ou prejuízos acumulados, quando aplicável. **(iv) Dividendos** - A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da equivalência ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos distribuídos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. **l. Redução ao valor recuperável (Impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais** - O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada. Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, o Grupo possui uma equipe dedicada de gestão que avalia de forma individual, fatores que influenciam a tomada de decisão ou não de provisão para perdas esperadas. Os recebíveis são considerados inadimplentes pelo Grupo apenas quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; (iii) o Grupo identifique que o devedor entrar em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (v) quebras de cláusulas ou condições contratuais. Toda e qualquer provisão de crédito de liquidação financeira duvidosa é feita a partir de uma análise jurídica e econômica a cerca da recuperabilidade do crédito. Constatada a receita e o crédito se adimplir, a Companhia utiliza critérios qualitativos para mensurar uma perda estimada. Os dois principais parâmetros para utilização são a qualidade financeira da contraparte e o histórico de pagamento da contraparte com a Companhia. **Mensuração das perdas de crédito esperadas** - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** - A provisão para perdas para ativos financeiros cujo custo amortizado é deduzido do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa** - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à recuperação de crédito para os propósitos do Grupo para apresentação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros** - Em cada data de reporte, a Companhia revisa seus valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. **m. Arrendamentos** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de imóveis, a Companhia optou por não reconhecer o arrendamento se não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida nos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, os contratos preveem correção por índices de mercado, dessa forma, a Companhia utiliza o valor presente do contrato com base numa taxa prefixada obtida da estrutura de taxas de juros a termo da ANBIMA com vencimento parecido com aos do contrato de arrendamento. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento são reconhecidos no balanço patrimonial de arrendamento compreendendo o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na ausência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início, e • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento fixo em existência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado desta maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo impressoras, máquinas de refrigerantes e de café. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **n. Mensuração do Valor Justo** - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia não tiver evidência suficiente para determinar o preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **o. Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia, média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. **p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porém não identificou nenhum impacto. **(i) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato alterados ao CPC 25/IAS 37** - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia avaliou e determinou que tal alteração não possui efeitos em suas demonstrações financeiras. **(ii) Outras Normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alterações sejam aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, exceto a alteração relacionada ao COVID-19, que foi aplicada, mas não teve impacto sobre essas demonstrações financeiras. • **Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19** (Alteração ao CPC 06/IFRS 16). • **Revisão anual das normas IFRS 2018-2020** - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alteração ao CPC 27/IAS 16). • **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)**. • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)**. • **IFRS 17 Contratos de Seguros**, cuja norma é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. • **Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)**. • **Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8)**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Conta corrente	1.303	751	4	2
Aplicações Financeiras (*)	27.783	18.090	721	5.062
Caixa e equivalentes de caixa	29.086	18.841	725	5.064

(*) A Companhia pode investir seu excedente de caixa em aplicações financeiras de baixo risco de crédito, baixa volatilidade e liquidez diária, como fundos DI, fundos de renda-fixa, CDB, ou outros instrumentos financeiros de baixo risco.

5. Contas a receber de clientes: a. Composição - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de contas a receber de clientes é composto por:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Taxa de gestão a receber	1.248	2.077	-	-
Serviços de consultoria a receber	7.843	4.022	-	-
Contas a receber de clientes	9.091	2.479	-	-

b. Provisão para perdas esperadas - Abaixo a matriz com a descrição dos períodos de vencimento do contas a receber da Companhia.

Aging dos Títulos 2021	Taxa média de perda esperada		Saldo contábil bruto		Provisão para perda esperada (*)	
	0%					
Vencidos de 1 - 30 dias	5,32%		134			
Vencidos de 31 - 60 dias	16,89%		370			
Vencidos de 61 - 90 dias	100%		532			
Total			9.091			

6. Provisão para perdas esperadas - Abaixo a matriz com a descrição dos períodos de vencimento do contas a receber da Companhia.

7. Impostos a recuperar

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
IRRF s/ aplicação financeira	29	29	29	23
IRRF - faturamento	465	480	-	-
PIS - faturamento	75	69	-	-
COFINS - faturamento	345	318	-	-
CSLL - faturamento	220	212	-	-
ISS a recuperar anos anteriores	81	5	-	-
Imposto pago a maior	59	-	-	-
Outros impostos a recuperar	21	21	-	-
Depósito judicial	-	77	-	-
Total	1.295	1.209	29	23

9. Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto

(i) Movimentação dos Investimentos - A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

Controladora

Aumento (redução) de capital	Dividendos desproporcionais em ORA		Participação em ORA	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos
	2021	2020			
Controlada direta	51.839	-	2.847	39.854	41.792
Controladas e coligadas indiretas	-	-	-	39.654	41.792
Saldo em 31 de dezembro	51.839	-	2.847	39.654	41.792

Controlada direta

Aumento (redução) de capital	Dividendos desproporcionais em ORA		Participação em ORA	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos
	2019	2020			
Controlada G5 Partners Consultoria e Participações Ltda.	48.278	-	1.548	22.098	51.839
Saldo em 31 de dezembro	48.278	-	1.548	22.098	51.839

Coligada

Aquisição	Equivalência em ORA		Dividendos recebidos	Dividendos desproporcionais
	2020	2021		
G5 Gestora de Recursos Ltda.	139	-	(659)	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	139	-	(659)	588

Coligada

Aquisição	Equivalência em ORA		Dividendos recebidos	Outros
	2019	2020		
G5 Gestora de Recursos Ltda.	424	-	(1.398)	139
Saldo em 31 de dezembro de 2019	424	-	(1.398)	139

(ii) Informações Financeiras resumidas

Controlada direta

Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	2021		Patrimônio líquido	Lucro líquido
			Participação acionária	Ativo circulante		
79,9%	18.766	44.634	5.921	5.176	52.303	51.738

Controladas e coligadas indiretas

Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	2021		Patrimônio líquido	Lucro líquido
			Participação acionária	Ativo circulante		
98,6%	17.332	-	2.637	-	14.695	29.409
99,99%	3.982	-	368	-	3.584	7.143
100%	7.878	-	2	-	7.876	762
49,99%	1.423	57	305	-	1.175	2.448

Controlada direta

Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	2020		Patrimônio líquido	Lucro líquido
			Participação acionária	Ativo circulante		
79,9%	39.751	46.485	14.675	6.684	64.877	28.215

Controladas e coligadas indiretas

Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	2020		Patrimônio líquido	Lucro líquido
			Participação acionária	Ativo circulante		
99,1%	25.890	7	2.335	-	23.562	18.790
100%	199	-	442	-	(356)	(37)
100%	7.449	-	(105)	-	7.344	762
49,99%	317	57	99	-	275	2.226

10. Imobilizado e intangível

a. Imobilizado - Consolidado

Taxas de depreciação	2021			Saldo em 31/12/2021		
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2020	Adições
Instalações	579	14	-	593	579	-
Móveis e utensílios	1.387	-	-	1.387	1.387	-
Equipamentos de informática	1.299	310	-	1.609	1.299	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	3.546	135	-	3.681	3.546	-
Telefonia	24	-	-	24	24	-
Arrendamentos CPC 06 (R2)	7.844	834	-	8.678	7.844	-
Total Custo Histórico	14.679	1.293	-	15.972	14.679	-

Imobilizado - Depreciação

Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2021		
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2020	Adições
Instalações	(625)	32	-	(593)	(625)	-
Móveis e utensílios	(519)	(132)	-	(651)	(519)	-
Equipamentos de informática	(1.330)	(384)	-	(1.714)	(1.330)	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	(2.192)	(335)	-	(2.527)	(2.192)	-
Telefonia	(7)	(2)	-	(9)	(7)	-
Arrendamentos CPC 06 (R2)	(2.098)	(1.787)	-	(3.885)	(2.098)	-
Depreciação acumulada	(6.771)	(2.608)	-	(9.379)	(6.771)	-
Imobilizado líquido	7.908	(1.315)	-	6.593	7.908	-

2020

Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2019			Saldo em 31/12/2020		
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2019	Adições
Instalações	579	-	-	579	579	-
Móveis e utensílios	1.325	62	-	1.387	1.325	-
Equipamentos de informática	1.299	-	-	1.299	1.299	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	3.475	71	-	3.546	3.475	-
Telefonia	14	10	-	24	14	-
Arrendamentos CPC 06 (R2)	7.844	834	-	8.678	7.844	-
Total custo histórico	14.536	143	-	14.679	14.536	143

Imobilizado - Depreciação

Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2019			Saldo em 31/12/2020		
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2019	Adições
Instalações	(566)	(59)	-	(625)	(566)	-
Móveis e utensílios	(393)	(126)	-	(519)	(393)	-
Equipamentos de informática	(1.061)	(269)	-	(1.330)	(1.061)	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	(1.854)	(338)	-	(2.192)	(1.854)	-
Telefonia	(4)	(3)	-	(7)	(4)	-
Arrendamentos CPC 06 (R2)	(886)	(1.212)	-	(2.098)	(886)	-
Depreciação acumulada	(4.764)	(2.007)	-	(6.771)	(4.764)	(2.007)</

(continuação)

16. Contingências: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem contingências passivas contra a Companhia e suas controladas. Na mesma data existem contingências em favor da Companhia e das suas controladas, conforme abaixo relacionadas.

Tipo de contingência	Polo passivo	Valor da causa	Valor da causa	Probabilidade de	Sucesso
Recebimento extrajudicial	Cliente 1	23.571	23.679	107.0860-05.2020.8.26.0100	Provável
Recebimento extrajudicial	Cliente 2	1.459	970	1014947-14.2015.8.26.0100	Provável
Recebimento extrajudicial	Cliente 3	-	65.000	1030812-77.2015.8.26.0100	Provável

(*) Por questões de confidencialidade do processo judicial a Companhia prefere não revelar a identidade dos polos passivos das causas.

17. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2021	2020
Adiantamento de clientes (a)	644	672
Levantamentos de valores em ações civis (b)	2.473	2.475
Total	3.117	3.147
Circulante	3.117	3.147
Não circulante	-	-

a. Adiantamento de clientes - Refere-se a adiantamentos realizados por carteiras *offshore* pela prestação de serviços de gestão pela GS Administradora de Recursos Ltda. (GS Wealth) por uma série de clientes. A GS Wealth estima cumprir com as obrigações de desempenho em até 180 dias após este pagamento e consequentemente reconhecer a respectiva receita, baixando o adiantamento tendo como contra partida o resultado do período em questão. **b. Levantamento de valores em ações civis** - Em dois litígios judiciais em que as suas controladas são polo ativo foi realizada a liquidação dos valores como forma de adiantar o reconhecimento nas causas apeladas, vide transcrição em juízo. Os dois processos em questão não foram julgados e por prática contábil a Companhia mantém os valores registrados no passivo. Os valores levantados como adiantamento de causas foram recebidos em caixa pela Companhia e estão depositado em conta corrente da Companhia. Esses valores serão baixados contra resultado assim que os processos transitarem em julgado e houver a decisão da sentença.

18. Capital Social e Reservas: **a. Capital Social e reservas de capital** - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da companhia era composto por 65.706 ações ordinárias nominativas emitidas, escrituradas e sem valor nominal (65.706 em 2020) e por 65.706 ações preferencias nominativas escrituradas, escrituradas e sem valor nominal (65.706 em 2020). O valor monetário do capital social da companhia era de R\$ 955 (R\$ 955 em 2020). Abaixo um quadro com a quantidade de ações emitidas e integralizadas e um quadro com o valor monetário do capital social da Companhia.

	Ações ordinárias e preferencias	
	2021	2020
Em 1º de janeiro	131.412	131.412
Emitidas em 31 de dezembro - quantidade totalmente integralizada	131.412	131.412
Autorizadas - valor nominal por ação ordinária R\$	7.2670	7.2670

	Capital Social	
	2021	2020
Saldo Inicial (Capital Social em R\$ mil)	955	955
Saldo Final (Capital Social em R\$ mil)	955	955

As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

(i) Ações ordinárias - Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado. **Emissão de ações ordinárias** - Em outubro de 2012, a Companhia emitiu 110.661 ações ordinárias a um preço de R\$ 4,3105 por ação. Durante o ano de 2018, a Companhia cancelou 44.955 ações ordinárias por meio de Assembleia geral extraordinária. Após esse cancelamento de ações, a Companhia tem 65.706 ações ordinárias emitidas.

(ii) Ações preferencias - Os detentores de ações ordinárias têm o direito preferencial ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado. **Emissão de ações preferencias** - Em outubro de 2012, a Companhia emitiu 110.661 ações preferencias a um preço de R\$ 4,3105 por ação. Durante o ano de 2018, a Companhia cancelou 44.955 ações ordinárias por meio de Assembleia geral extraordinária. Após esse cancelamento de ações, a Companhia tem 65.706 ações preferencias emitidas. **(iii) Reserva de Capital** - Durante o ano de 2014 a Companhia emitiu 2.990 ações ordinárias e 2.990 ações preferencias que foram integralizadas por valor maior que o valor descrito nos documentos societários. A partir dessa emissão de ações e a constatação da diferença entre o valor integralizado e o valor emitido, foi constituída uma reserva de capital no montante de R\$ 5.110, cujo saldo permaneceu até 31 de dezembro de 2020. Durante o exercício de 2021 a Companhia realizou a alienação a prazo de ações em tesouraria a alguns funcionários em posição de comando, cujas alienações ensejaram em um resultado líquido positivo no valor total de R\$ 5.487, uma vez que o valor unitário da venda foi maior que o custo médio das ações em tesouraria na data da operação, consequentemente o saldo de Reserva de capital não encorreu o encargo de

exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um saldo de R\$ 10.597. **b. Natureza e propósito das reservas** - **(i) Reserva de lucros - Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital social. A Companhia não possui saldo de reserva legal em 2021 (em 2020 também não possui). **Retenção de lucros:** Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica "Reserva de retenção de lucros" à disposição da Assembleia geral para sua destinação. **Dividendos:** Os dividendos são distribuídos de acordo com o estatuto social da Companhia. Todo dividendo deve ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas e será matéria de análise anual por parte do conselho de administração da Companhia. Conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76 o dividendo mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 25% sobre o lucro líquido ajustado. Não houve pagamento ou provisão de dividendos ou juros sobre o capital próprio durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 devido aos prejuízos acumulados da Controladora. **Dividendos deliberados pelas subsidiárias da Companhia para acionistas colistas** - Durante os exercícios de 2021 e 2020 as controladas diretas ou indiretas da Companhia deliberaram dividendos a seus sócios, conforme quadro demonstrado abaixo.

Dividendos 2021 declarados (antecipados em 2020)

Subsidiária	Dividendos pagos a controladora		Dividendos pagos a sócios minoritários		Total declarado em assembleia
	2021	2020	2021	2020	
GS Partners Consultoria e Participações Ltda.	23.692	42.076	65.768	-	129.464
GS Administradora de Recursos Ltda.	21.781	16.494	38.275	-	76.470
GS Partners Assessoria Mercado de Capitais Ltda.	3.550	3.550	3.550	-	7.100
Total	49.293	58.570	107.863	-	166.423

19. Cobertura de seguros: A Administração da Companhia desconhece a existência de contratação de seguros para cobertura de bens, interesses e responsabilidade da Companhia.

20. Instrumentos financeiros: **a. Classificação contábil e valores justos** - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não foi incluído informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros - Consolidado	Nota	VJORA - instrumento patrimonial		Ativos financeiros a custo amortizado		Outros ativos financeiros		Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	8	19.241	-	-	-	-	-	19.241	-	19.241	-	19.241
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	5	-	-	9.091	-	9.091	-	9.091	-	9.091	-	9.091
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	29.086	-	29.086	-	29.086	-	29.086	-	29.086
Valores a receber de partes relacionadas	11	-	-	31.646	-	31.646	-	31.646	-	31.646	-	31.646
Passivos consolidados												
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	14	-	-	46.090	-	46.090	-	46.090	-	46.090	-	46.090
Debitamentos	15	-	-	4.596	-	4.596	-	4.596	-	4.596	-	4.596
Arrendamento a pagar	11	-	-	33.422	-	33.422	-	33.422	-	33.422	-	33.422
Fornecedores	12	-	-	652	-	652	-	652	-	652	-	652

31 de dezembro de 2020

Ativos financeiros - Consolidado	Nota	VJORA - instrumento patrimonial		Ativos financeiros a custo amortizado		Outros ativos financeiros		Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	8	15.195	-	-	-	-	-	15.195	-	15.195	-	15.195
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	5	-	-	2.479	-	2.479	-	2.479	-	2.479	-	2.479
Contas a receber de clientes	5	-	-	5.734	-	4.719	-	4.719	-	4.719	-	4.719
Valores a receber de partes relacionadas	11	-	-	18.841	-	18.841	-	18.841	-	18.841	-	18.841
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros - Consolidado												
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	14	-	-	63.279	-	63.279	-	63.279	-	63.279	-	63.279
Debitamentos	15	-	-	5.598	-	5.598	-	5.598	-	5.598	-	5.598
Arrendamento a pagar	12	-	-	322	-	322	-	322	-	322	-	322
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os instrumentos financeiros devem estar dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, utilizando técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - *Inputs*, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*Inputs* não observáveis). **Derivativos** - A Companhia, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não efetuou qualquer operação relacionada a Instrumentos Financeiros Derivativos.

21. Gerenciamento dos riscos: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** e **Risco de mercado.** O gerenciamento de Risco é um processo dinâmico e se faz necessário a atuação em modo contínuo, com reportes e controles diários. O objetivo é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades, para maximizar as oportunidades de se alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. Todas as áreas são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos seus processos e comunicar, de forma tempestiva, à área de Gestão de Risco incidentes que podem alterar o perfil de risco da instituição, além de reportar eventos de perdas operacionais. A Governança da Gestão de Risco começa pelas definições das áreas envolvidas e suas responsabilidades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **(i) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. **Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R\$ 29.086 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 18.841). O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Companhia não possui provisão para perdas esperadas para caixa e equivalentes, uma vez que o valor contábil desses ativos não apresenta variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **Aplicações financeiras** - Os ativos integrantes desse subgrupo do balanço patrimonial podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal ou gerar e distribuir rendimentos, inclusive amortização ou resgate, referentes a tais ativos. Normalmente a Companhia aplica em veículos de investimentos que aplicam em títulos de crédito privado, seja via compra direta de direitos creditórios ou via aplicação de debêntures incentivadas. Tais ativos precisam de acompanhamento e gerenciamento do risco de crédito por parte da companhia. (i) A Companhia delega a gestão de carteira a gestores especializados com a natureza econômica dos ativos aplicados. De forma resumida os gestores realizam um processo constante de avaliação e monitoramento descrita nas seguintes atividades: Estimar as perdas potenciais do Fundo por meio do método VaR (Value at Risk). (ii) Definir parâmetros para avaliar se as perdas estimadas estão de acordo com o perfil dos veículos de investimento e com o perfil de risco do investidor. (iii) Avaliar as perdas dos ativos do veículos de investimento em cenários de stress; e (iv) Basear as decisões de alocações dos veículos de investimentos por meio do emprego de uma metodologia que usa a avaliação macroeconômica, fazendo uma análise quantitativa, monitorando o risco de mercado, bem como uma análise fundamentalista com a qual se define e controla o risco de crédito existente. Desta forma, com base no monitoramento realizado acima a Companhia não constituiu nenhum perda de crédito esperada para essas Aplicações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Contas a receber de clientes** - A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Abaixo as informações quantitativas sobre o contas a receber de clientes e ativos de contrato. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a exposição máxima ao risco de crédito para o contas a receber e ativos de contrato por segmento de negócio:

	Consolidado	
	2021	2020
GS Wealth	1.248	2.077
GS M&A	7.843	402
GS BVI	-	-
Contas a receber de clientes: Totais	9.091	2.479

As mudanças na provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes e ativos de contrato durante os exercícios estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	350	140
Constituição de perdas esperadas	-	-
Valores baixados para perda	(350)	(140)
Saldo em 31 de dezembro	-	(140)

Conforme nota explicativa nº 5.c, o contas a receber de clientes cujos valores contratuais eram de R\$ 387 permaneciam provisionados em 31 de dezembro de 2020, uma vez que na avaliação da administração ainda eram executáveis.

(ii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias. **Exposição ao risco de liquidez** - A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores

GS HOLDING S.A. - CNPJ nº 08.720.705/0001-95**Dividendos 2020 (antecipados em 2019)**

Subsidiária	Dividendos declarados		Total a sócios minoritários	Total declarado em assembleia
	2021	2020		
GS Partners Consultoria e Participações Ltda.	4.183	20.954	25.137	-
GS Administradora de Recursos Ltda. (controlada)	11.548	1.577	13.125	-
Total	15.731	22.531	38.262	-

(ii) Ações em tesouraria - Durante o ano de 2017 a Companhia recomrou 106.457 ações de sua própria emissão de um antigo acionista da Companhia (Evercore Participações Ltda.), pelo valor total de R\$ 60.000, divididas em 53.229 ações ordinárias e 53.228 ações preferencias. Após a recompra das ações delidas pela Evercore (antigo acionista), a Companhia possui 116.163 ações próprias em sua tesouraria, divididas em 58.082 ações preferencias e 58.082 ações ordinárias. Ato contínuo a recompra das ações, a Companhia deliberou via ata de assembleia geral extraordinária o cancelamento de 89.910 de suas ações, dividas entre 44.955 ações ordinárias e 44.955 ações preferencias. Na época, o cancelamento das ações foi efetuado pelo preço médio das ações em tesouraria R\$ 564,03, totalizando R\$ 50.712 que foi registrado contra a conta de "Reserva de retenção de lucros" no patrimônio líquido, atualmente "Prejuízos acumulados". Ato contínuo ao cancelamento das ações, a Companhia vendeu a prazo 12.111 ações preferencias e 12.111 ações ordinárias pelo valor total de R\$ 9.217 para seus colaboradores em posição de comando, gerando um prejuízo de R\$ 4.445, considerando o custo médio das ações em tesouraria de R\$ 564,03. Para visualizar o fluxo de recebimento dessas vendas a prazo, verifique a nota explicativa nº 11 (Valores a receber de partes relacionadas). Durante os anos de 2021 e 2020 a Companhia também recomrou compra de alguns acionistas minoritários que saíram da sociedade ao longo do tempo. As recompras foram feitas a partir de recursos do capital de giro da Companhia ou foram recompradas a prazo, vide rubrica Valores a pagar de partes relacionadas do balanço patrimonial (nota explicativa nº 11). Todas as operações de recompra de ações da própria Companhia foram parametrizadas a partir de contratos particulares entre as partes. As ações próprias mantidas na tesouraria estão disponíveis para negociações futuras representadas em 2021 por 5.257 (297 em 2020) ações ordinárias ("ON") e 5.257 (294 em 2020) ações preferencias ("PN"). O quadro abaixo demonstra a movimentação de ações em tesouraria em quantidade de ações, em 2021 e 2020:

Ações em tesouraria	Venda de ações		Recompra de Ações		31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	
Ações Ordinárias (ON)	297	(9.983)	14.943	5.257	5.257
Ações Preferencias (PN)	294	(9.983)	14.946	5.257	5.257
Total	591	(19.966)	29.889	10.514	10.514

Ações em tesouraria	Venda de ações		Recompra de Ações		31/12/2021
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
Ações Ordinárias (ON)	1.670	(1.479)	106	297	297
Ações Preferencias (PN)	1.667	(1.479)	106	294	294
Total	3.337	(2.958)	212	591	591

Abaixo um quadro com os saldos alocados em ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021, e 2020.

Ações em Tesouraria em R\$ mil	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
(iii) Ajustes de avaliação patrimonial - Ajustes de avaliação patrimonial incluem: V - Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros classificados como VJORA, até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; A - Ajustes acumulados de conversão de moeda decorrentes de câmbio decorrentes das demonstrações de balanço demonstradas em moeda funcional da entidade; C - Ajustes decorrentes de alienação dos ativos/passivos a que elas se referem. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem. Abaixo segue um descritivo da valorização dos instrumentos financeiros classificados como VJORA no anos de 2021 e 2020.				

(iii) Ajustes de avaliação patrimonial - Ajustes de avaliação patrimonial incluem: **V** - Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros classificados como VJORA, até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; **A** - Ajustes acumulados de conversão de moeda decorrentes de câmbio decorrentes das demonstrações de balanço demonstradas em moeda funcional da entidade; **C** - Ajustes decorrentes de alienação dos ativos/passivos a que elas se referem. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem. Abaixo segue um descritivo da valorização dos instrumentos financeiros classificados como VJORA no anos de 2021 e 2020.

Outros resultados abrangentes (Em milhares de reais)	Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros		Imposto de renda (*)		2021
	2020	2021	2020	2021	
GS BRIJUS FIDC NP SUBORDINADA	842	(126)	716	-	716
ZEUS FIDC - NÃO PADRONIZADOS	1.876	(281)	1.576	-	1.576
Letras do Tesouro Nacional - LTN (1)	12	(2)	10	-	10
Debêntures (1)	280	(37)	243	-	243
GS Feeder Delta FIM Crédito Privado IE (1)	111	(5)	106	-	106
GS Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI (1)	107	(15)	92	-	92
GS Allocation HY Diretos Creditórios FIM Crédito Privado (1)	122	(18)	104	-	104
Total - Ajustes de avaliação patrimonial	3.350	(484)	2.847	-	2.847

Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros - Imposto de renda (*) **2020**

(continuação)

G5 HOLDING S.A. - CNPJ nº 08.720.705/0001-95

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da G5 Holding S.A. - São Paulo

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da G5 Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidado, da G5 Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva - Conforme descrito na nota explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui aplicações financeiras no montante de R\$ 10.913 mil, de forma direta nos seguintes fundos: (i) Zeus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados e (ii) G5 BRJUS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("Fundos"). Esses Fundos apresentam exercício social com defasagem significativa em relação ao exercício social da Companhia. Não tivemos acesso às informações financeiras auditadas dos Fundos para o período de descausamento, e portanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto ao valor justo das aplicações nos Fundos, tampouco pudemos avaliar os seus saldos por meio de outros procedimentos de auditoria. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes nos saldos dessas aplicações em 31 de dezembro de 2021 e nem sobre o resultado por eles gerado durante o período de defasagem. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, também não tivemos acesso às informações financeiras auditadas dessas aplicações no montante de R\$ 7.853 mil, e portanto, também não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto ao valor justo das aplicações nos Fundos, tampouco pudemos avaliar os seus saldos por meio de outros procedimentos de auditoria. Consequentemente, também, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes nos saldos dessas aplicações em 31 de dezembro de 2020 e nem sobre o resultado por eles gerado durante o período de defasagem. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita com assessoria econômica e financeira

Veja as notas explicativas nº 3.e e 23 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021 as receitas com assessoria econômica e financeira representam 55,83% do total das receitas operacionais da Companhia e são representadas substancialmente por taxa de sucesso com base na ocorrência de certos eventos, que podem incluir anúncios ou conclusão de diversos tipos de transações financeiras e também honorários fixos previstos contratualmente. Essas receitas são reconhecidas quando há evidências de um acordo com um cliente, os serviços acordados são fornecidos, a remuneração está clara nos termos contratuais e a cobrança é razoavelmente assegurada e em alguns casos a Companhia pode reconhecer a receita logo após a assinatura do contrato de prestação de serviços ou carta de contratação, conforme previsto contratualmente. Dessa forma, tendo em vista a natureza e a relevância das receitas com assessoria econômica e financeira, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Com base em uma amostragem, obtivemos as memórias de cálculo com a apuração das receitas no exercício, reperformamos os cálculos dos valores conforme os respectivos contratos ou cartas de contratação, e confrontamos com as informações registradas nos livros contábeis; • Confrontamos os valores reconhecidos de receita com assessoria econômica e financeira com os respectivos recebimentos nos extratos bancários e notas fiscais emitidas; • Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e consideramos as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o reconhecimento das receitas com assessoria econômica e financeira no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de dezembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda. João Paulo Dal Poz Alouche
 CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP245785/O-2

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
 A autenticidade pode ser conferida no link



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 13/01/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/looes-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5865-C78A-DAB0-394B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5865-C78A-DAB0-394B



Hash do Documento

56EC6037A4054FFE24A2F2A47972B9F0F6D32C197B04D29FB4DFA2FCCFD9DA2D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/01/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 13/01/2023 03:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A7A3-7085-492D-60CE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A7A3-7085-492D-60CE



Hash do Documento

4FE736BC3E76B432826E86A653768AAF6FA80DD830D12435D2B95C79EE5898D4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/01/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 13/01/2023 03:09 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

